

A política de cotas nas universidades brasileiras: percepções sobre ações afirmativas, equidade e democratização do ensino superior

Quota Policies in Brazilian Universities: Perspectives on Affirmative Action, Equity, and the Democratization of Higher Education

Talita Juvêncio de Almeida¹, Eliane Fernandes de Sá², Iane Alves de Lemos³, Karine de Albuquerque Vasconcelos⁴, Mylena Ramos Gonçalves⁵, Sandra Barbosa Ferraz Farias⁶, Veronica Martins Tomaz Pamplona⁷ e Vitória Isabelle Victor Araújo⁸

v. 14/ n. 3 (2026)

Julho/Setembro

Aceito para publicação em 16/07/2026.

¹Psicóloga, graduada em Psicologia pelo Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM). Especialista em Psicologia Jurídica e Avaliação Psicológica pela FAVENI, em Psicologia Organizacional e do Trabalho e em Saúde da Família pela Escola de Saúde Pública da Paraíba (ESP-PB). Mestranda em Saúde da Família pelo Programa de Mestrado Profissional em Saúde da Família (RENASEF/UFPB). ORCID: 0009-0004-1234-0560. E-mail: talita.juvencio@hotmail.com;

²Enfermeira, graduada em Enfermagem pela Faculdade Santa Maria (FSM). Especialista em Enfermagem do Trabalho, Urgência e Emergência, Unidade de Terapia Intensiva, Gestão da Atenção Básica e Redes Microrregionais de Saúde, Gestão da Vigilância Sanitária e Enfermagem Oncológica. Mestranda em Saúde da Família pelo Programa de Mestrado Profissional em Saúde da Família (RENASEF/UFPB). ORCID: 0009-0009-5827-3638. E-mail: elianefs@hotmail.com;

³Médica, graduada em Medicina pela Faculdade de Medicina Nova Esperança (FAMENE). Especialista em Saúde da Família e Comunidade pelas Faculdades Integradas de Patos (FIP) e em Residência Médica pela Faculdade de Medicina Nova Esperança (FAMENE). Mestranda em Saúde da Família pelo Programa de Mestrado Profissional em Saúde da Família (RENASEF/UFPB). ORCID: 0000-0002-4999-7855. E-mail: ianeal@hotmail.com;

⁴Graduada em Educação Física pela Associação Caruaruense de Ensino Superior (ASCES-UNITA). Especialista em Saúde Pública pela Escola de Governo em Saúde Pública de Pernambuco (ESPPE) e em Acupuntura pela Associação Brasileira de Acupuntura (ABA). Mestranda em Saúde da Família pelo Programa de Mestrado Profissional em Saúde da Família (RENASEF/UFPB). ORCID: 0000-0001-8022-6840. E-mail: karine.aalb@gmail.com;

⁵Enfermeira, graduada em Enfermagem pelo Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM), com qualificação em Saúde da Família pela Escola de Saúde Pública da Paraíba (ESP-PB). Docente na ITEC Faculdade. Mestranda em Saúde da Família pelo Programa de Mestrado Profissional em Saúde da Família (RENASEF/UFPB). ORCID: 0000-0002-4640-2166. E-mail: mlenarg28@hotmail.com;

⁶Enfermeira, graduada em Enfermagem pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Especialista em Saúde Pública pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), em Saúde da Família e em Atenção à Saúde e Envelhecimento pela UFPB, e em Saúde da Família com Ênfase na Atenção Materno-Infantil pela Escola de Saúde Pública da Paraíba (ESP-PB). Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Saúde da Família (RENASEF/UFPB). ORCID: 0009-0006-1773-7633. E-mail: sandrabferraz74@gmail.com;

⁷Enfermeira, graduada em Enfermagem pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Especialista em Saúde Coletiva pelo Departamento de Saúde Pública do Centro de Ciências da Saúde da UFPB e em Saúde da Família, na modalidade Residência, pelo Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva da UFPB. Preceptora pedagógica do Programa de Estágio Regional Interprofissional (ERIP/SUS) e integrante da equipe de preceptores bolsistas do PET-Saúde: Informação e Saúde Digital no SUS/PB. Mestranda em Saúde da Família pela Fiocruz/RENASEF/UFPB. ORCID: 0009-0001-2723-7812. E-mail: pamplonaveronica25@gmail.com;

⁸Cirurgiã-dentista, graduada em Odontologia pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Especialista em Saúde Pública pela FMU e em Laserterapia em Odontologia pela Unyleya. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Saúde da Família (RENASEF/UFPB). ORCID: 0009-0007-8705-1087. E-mail: vitoriaidalino1@gmail.com.

<https://www.gvaa.com.br/revista/index.php/RDGP>

RESUMO: A política de cotas representa uma das principais ações afirmativas implementadas no Brasil com o objetivo de promover a democratização do acesso ao ensino superior e reduzir desigualdades sociais, econômicas e raciais historicamente constituídas. Nesse contexto, o presente estudo teve como objetivo analisar a compreensão de estudantes universitários acerca da Lei de Cotas, investigando suas percepções sobre essa política como instrumento de promoção da igualdade de oportunidades, reparação das injustiças sociais e enfrentamento das desigualdades raciais. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, realizada por meio de entrevistas estruturadas compostas por questões abertas, aplicadas a quatro estudantes universitários de instituições públicas e privadas. Os dados foram analisados por meio da Análise de Conteúdo, possibilitando a identificação das principais percepções dos participantes sobre a temática. O referencial teórico fundamentou-se em estudos sobre ações afirmativas, políticas públicas educacionais e democratização do ensino superior. Os resultados evidenciaram que a maioria dos participantes apresentou posicionamento favorável à política de cotas, reconhecendo sua relevância para a promoção da equidade e da inclusão social, além de compreendê-la como uma estratégia de reparação das desigualdades históricas vivenciadas por grupos socialmente vulnerabilizados. Apenas um participante manifestou posicionamento contrário, fundamentando sua opinião na percepção de igualdade entre o ensino ofertado pelas redes pública e privada. Conclui-se que os participantes demonstraram compreender a importância das ações afirmativas para a ampliação do acesso ao ensino superior, embora persistam concepções fundamentadas na meritocracia e na igualdade formal. Os achados reforçam a necessidade de ampliar o debate sobre a política de cotas e fortalecer ações voltadas à promoção da equidade e da inclusão no ambiente universitário.

Palavras-chave: ações afirmativas; Lei de Cotas; ensino superior; políticas públicas; inclusão social; equidade.

ABSTRACT: The quota policy represents one of the main affirmative actions implemented in Brazil, aiming to promote the democratization of access to higher education and reduce historically established social, economic, and racial inequalities. In this context, the present study aimed to analyze university students' understanding of the Quota Law, investigating their perceptions of this policy as an instrument for promoting equal opportunities, repairing social injustices, and addressing racial inequalities. This is a qualitative study conducted through structured interviews consisting of open-ended questions, applied to four university students from public and private higher education institutions. The data were analyzed using Content Analysis, allowing the identification of the main perceptions expressed by the participants regarding the topic. The theoretical framework was based on studies related to affirmative actions, educational public policies, and the democratization of higher education. The results showed that most participants had a favorable view of the quota

policy, recognizing its relevance for promoting equity and social inclusion, as well as understanding it as a strategy to address historical inequalities experienced by socially vulnerable groups. Only one participant expressed opposition to the policy, based on the perception that the quality of education provided by public and private schools is equivalent. It is concluded that participants demonstrated an understanding of the importance of affirmative actions in expanding access to higher education, although conceptions based on meritocracy and formal equality remain present. The findings reinforce the need to expand discussions about the quota policy and strengthen actions aimed at promoting equity and inclusion within the university environment.

Keywords: affirmative actions; Quota Law; higher education; public policies; social inclusion; equity.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A educação superior constitui um dos principais instrumentos de promoção da mobilidade social, do desenvolvimento humano e da redução das desigualdades socioeconômicas. Entretanto, ao longo da história brasileira, o acesso às universidades foi marcado por profundas disparidades sociais e raciais, decorrentes de processos históricos de exclusão, discriminação e desigualdade de oportunidades. Nesse contexto, a implementação de políticas públicas voltadas à democratização do ensino superior tornou-se uma estratégia fundamental para ampliar o acesso de grupos historicamente marginalizados às instituições de ensino superior.

Entre essas políticas destaca-se a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, conhecida como Lei de Cotas, que instituiu a reserva de vagas nas instituições federais de ensino para estudantes oriundos da rede pública de ensino, considerando critérios socioeconômicos e étnico-raciais. A criação dessa política representa um importante marco das ações afirmativas no Brasil, tendo como finalidade reduzir desigualdades históricas de acesso à educação superior e promover maior equidade entre grupos sociais que, durante décadas, permaneceram sub-representados nas universidades públicas.

Apesar dos avanços observados desde sua implementação, a política de cotas permanece como tema de intenso debate no cenário acadêmico, político e social. Enquanto seus defensores a reconhecem como um mecanismo de justiça social, reparação histórica e promoção da igualdade de oportunidades, seus opositores frequentemente argumentam que a reserva de vagas poderia comprometer o princípio da meritocracia ou gerar tratamentos diferenciados considerados injustos. Entretanto, evidências científicas produzidas nos últimos anos demonstram que as ações afirmativas contribuíram significativamente para ampliar a participação de estudantes negros, indígenas, quilombolas e de baixa renda no ensino superior, sem comprometer a qualidade da formação acadêmica.

Além de favorecer a democratização do acesso às universidades, a política de cotas tem estimulado importantes discussões acerca da igualdade material, da inclusão social e do enfrentamento das desigualdades estruturais que caracterizam a sociedade brasileira. Nesse sentido, compreender como a população percebe essa política torna-se relevante, uma vez que as

representações sociais sobre as ações afirmativas influenciam sua aceitação, implementação e fortalecimento enquanto política pública.

Diante desse contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar a compreensão de estudantes universitários acerca da política de cotas no ensino superior brasileiro, investigando suas percepções sobre essa ação afirmativa enquanto mecanismo de promoção da igualdade de oportunidades, reparação das injustiças sociais e enfrentamento das desigualdades raciais. Para alcançar esse objetivo, desenvolveu-se uma pesquisa de abordagem qualitativa, utilizando entrevistas estruturadas com estudantes do ensino superior, cujos relatos foram analisados à luz da literatura científica sobre ações afirmativas, políticas públicas educacionais e democratização do acesso à educação superior. Essa investigação pretende contribuir para a compreensão das diferentes percepções existentes sobre a Lei de Cotas, bem como fomentar reflexões acerca de sua importância na construção de uma educação superior mais inclusiva, equitativa e socialmente comprometida.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Ações afirmativas e políticas públicas de acesso ao ensino superior

As políticas públicas de educação desempenham papel fundamental na promoção da justiça social e na redução das desigualdades historicamente produzidas na sociedade brasileira. Nesse contexto, as ações afirmativas constituem estratégias adotadas pelo Estado para ampliar o acesso de grupos socialmente vulnerabilizados aos direitos fundamentais, especialmente à educação superior. Essas políticas fundamentam-se no princípio da igualdade material, reconhecendo que indivíduos submetidos a processos históricos de discriminação necessitam de medidas específicas para que possam exercer seus direitos em condições de equidade (Ribeiro et al., 2024).

As ações afirmativas não devem ser compreendidas como privilégios destinados a determinados grupos sociais, mas como mecanismos temporários voltados à reparação de desigualdades estruturais decorrentes do racismo, das desigualdades socioeconômicas e da exclusão educacional. Conforme destacam Ribeiro et al. (2024), essas políticas buscam promover maior diversidade nas universidades públicas, possibilitando que estudantes pertencentes a grupos historicamente marginalizados tenham acesso ao ensino superior em condições mais igualitárias.

A literatura científica recente evidencia que as ações afirmativas representam um dos principais instrumentos de democratização do ensino superior brasileiro. Segundo Nierotka e Trevisol (2021), a ampliação das oportunidades educacionais por meio dessas políticas modificou significativamente o perfil dos estudantes das universidades públicas, favorecendo o ingresso de

jovens oriundos da escola pública, da população negra, indígena e de famílias de baixa renda. Para os autores, esse processo fortalece o princípio constitucional da igualdade de oportunidades e contribui para a construção de uma educação superior mais inclusiva.

As discussões acerca das ações afirmativas também estão relacionadas ao desenvolvimento das políticas públicas educacionais nas últimas décadas. Embora o Estado brasileiro tenha ampliado o acesso ao ensino superior por meio da expansão das universidades federais, dos programas de assistência estudantil e da implementação das cotas, diversos estudos apontam que as políticas educacionais passaram a conviver com princípios gerenciais inspirados na racionalidade neoliberal, caracterizados pela valorização da eficiência administrativa, da competitividade, da avaliação por desempenho e da racionalização dos gastos públicos (Nierotka; Trevisol, 2021).

Nesse cenário, a democratização do ensino superior passou a ser compreendida não apenas como uma ampliação do número de vagas, mas como a adoção de mecanismos capazes de reduzir desigualdades sociais historicamente produzidas. Conforme afirmam Ribeiro et al. (2024), políticas universais, isoladamente, não são suficientes para promover igualdade de oportunidades quando determinados grupos permanecem submetidos a condições estruturais de desvantagem. Dessa forma, as ações afirmativas representam instrumentos indispensáveis para assegurar maior equidade no acesso à educação superior.

Pesquisas recentes também demonstram que a implementação das ações afirmativas produziu resultados positivos quanto à permanência e ao desempenho acadêmico dos estudantes beneficiados. Ao analisar os efeitos da política de cotas nas universidades brasileiras, Zeidan et al. (2023) verificaram que estudantes ingressantes por ações afirmativas apresentam desempenho acadêmico semelhante ao dos estudantes da ampla concorrência, além de alcançarem melhores condições de inserção profissional e mobilidade social após a conclusão da graduação. Esses resultados reforçam evidências de que a ampliação do acesso ao ensino superior não compromete a qualidade da formação universitária.

Além dos impactos individuais, estudos apontam que a diversidade proporcionada pelas ações afirmativas contribui para o fortalecimento da produção científica, da pluralidade de perspectivas e da inclusão social nas instituições de ensino superior. Machado, Reyes e Riehl (2023) destacam que o aumento da diversidade racial e socioeconômica nas universidades brasileiras favorece ambientes acadêmicos mais representativos da sociedade, enriquecendo o processo de ensino, pesquisa e extensão.

2.2.Lei de Cotas: fundamentos, implementação e impactos na democratização do ensino

superior

A política de cotas no ensino superior brasileiro constitui uma das principais ações afirmativas implementadas pelo Estado com o objetivo de reduzir desigualdades históricas de acesso à educação. Instituída pela Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, essa política determinou que as instituições federais de ensino superior reservassem parte de suas vagas para estudantes oriundos da rede pública de ensino, considerando critérios de renda, raça e etnia. Em 2023, a Lei foi atualizada pela Lei nº 14.723, ampliando seus critérios e reafirmando o compromisso do Estado com a promoção da equidade no acesso à educação superior (Silva; Lima; Santos, 2024).

A criação da Lei de Cotas está fundamentada no reconhecimento de que as desigualdades educacionais brasileiras são resultado de processos históricos marcados pela escravidão, pelo racismo estrutural e pela exclusão social. Durante décadas, o ensino superior público permaneceu predominantemente ocupado por estudantes provenientes de grupos socioeconômicos mais favorecidos, enquanto a população negra, indígena e de baixa renda enfrentava barreiras significativas para o ingresso nessas instituições. Nesse contexto, a política de cotas surge como um mecanismo de reparação histórica e de promoção da igualdade material, buscando assegurar oportunidades mais equitativas de acesso à educação superior (Ribeiro et al., 2024).

As ações afirmativas implementadas pela Lei nº 12.711/2012 fundamentam-se no princípio constitucional da igualdade material, segundo o qual o tratamento diferenciado é necessário quando determinados grupos sociais encontram-se em situação de desigualdade estrutural. Dessa forma, a reserva de vagas não representa privilégio, mas um instrumento de correção de desigualdades historicamente produzidas. Conforme destacam Nierotka e Trevisol (2021), políticas universais de acesso à educação são insuficientes para enfrentar as profundas disparidades sociais existentes no país, tornando imprescindíveis medidas específicas voltadas aos grupos historicamente marginalizados.

Nos últimos anos, diversos estudos avaliaram os resultados da implementação da Lei de Cotas nas universidades brasileiras. As evidências demonstram que a política ampliou significativamente a participação de estudantes pretos, pardos, indígenas, quilombolas e oriundos da escola pública no ensino superior federal. Além disso, pesquisas apontam que o aumento da diversidade racial e socioeconômica nas universidades contribuiu para tornar esses espaços mais representativos da realidade brasileira, favorecendo a inclusão social e a pluralidade de experiências no ambiente acadêmico (Ribeiro et al., 2024).

Outro aspecto amplamente investigado refere-se ao desempenho acadêmico dos estudantes ingressantes pelas cotas. Contrariando argumentos frequentemente utilizados por grupos contrários à

política, pesquisas recentes indicam que não há evidências de redução da qualidade acadêmica em decorrência das ações afirmativas. Estudos de acompanhamento demonstram que estudantes cotistas apresentam desempenho semelhante ao dos ingressantes pela ampla concorrência, além de taxas de conclusão compatíveis ou, em alguns cursos, superiores às observadas entre estudantes não cotistas (Machado; Reyes; Riehl, 2023).

Além de ampliar o acesso ao ensino superior, a política de cotas também tem produzido impactos positivos na mobilidade social. O ingresso na universidade possibilita melhores oportunidades de inserção no mercado de trabalho, aumento da renda e ampliação das condições de participação social, especialmente para indivíduos pertencentes a grupos historicamente excluídos. Nesse sentido, a educação superior passa a desempenhar papel estratégico na redução das desigualdades sociais e na promoção da cidadania, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do país (Zeidan et al., 2023).

Apesar dos avanços alcançados, a política de cotas continua sendo objeto de debates na sociedade brasileira. Entre os principais questionamentos estão discussões relacionadas aos critérios de autodeclaração racial, aos mecanismos de heteroidentificação e à necessidade de fortalecimento das políticas de permanência estudantil. A literatura recente destaca que o acesso à universidade representa apenas uma etapa do processo de inclusão, sendo igualmente necessário garantir condições adequadas para permanência, conclusão do curso e inserção profissional dos estudantes beneficiados pelas ações afirmativas (Ribeiro et al., 2024).

A atualização da Lei nº 12.711/2012, promovida em 2023, reforçou essa perspectiva ao ampliar o alcance da política e incorporar novos grupos prioritários, além de reafirmar a importância da avaliação periódica da efetividade das ações afirmativas. A revisão legislativa demonstra que a política de cotas permanece como uma estratégia essencial para enfrentar desigualdades educacionais persistentes e fortalecer o compromisso do Estado brasileiro com a promoção da justiça social e da igualdade de oportunidades (Silva; Lima; Santos, 2024).

2.3. Debates contemporâneos sobre a Lei de Cotas: permanência estudantil, desafios e perspectivas

Após mais de uma década de vigência da Lei nº 12.711/2012, o debate científico sobre as ações afirmativas passou a concentrar-se não apenas na ampliação do acesso ao ensino superior, mas também nas condições de permanência e conclusão dos cursos pelos estudantes beneficiados. Estudos recentes evidenciam que a democratização da educação superior somente se concretiza quando

políticas de acesso são acompanhadas por estratégias institucionais capazes de assegurar condições adequadas para o desenvolvimento acadêmico dos estudantes (Heringer, 2024).

Nesse contexto, a assistência estudantil consolidou-se como um dos principais instrumentos para garantir a efetividade das ações afirmativas. Programas de auxílio financeiro, moradia universitária, alimentação, transporte, inclusão digital, acompanhamento pedagógico e assistência psicológica reduzem os impactos das desigualdades socioeconômicas que ainda afetam grande parte dos estudantes cotistas. De acordo com Sotero (2022), a permanência estudantil deve ser compreendida como parte integrante das políticas de ações afirmativas, uma vez que o ingresso na universidade não assegura, por si só, a conclusão da formação acadêmica.

Além das dificuldades econômicas, estudos recentes evidenciam que estudantes ingressantes por meio das ações afirmativas ainda enfrentam obstáculos relacionados ao preconceito, ao racismo estrutural e às dificuldades de permanência nas instituições de ensino superior. Esses fatores podem comprometer o desempenho acadêmico e aumentar o risco de evasão, demonstrando que o acesso à universidade, por si só, não garante a efetiva democratização da educação superior. Nesse sentido, torna-se indispensável que as universidades desenvolvam políticas permanentes de assistência estudantil, acompanhamento pedagógico e promoção da inclusão, favorecendo condições para a permanência e conclusão dos cursos pelos estudantes cotistas (Caracas, 2023; Mendes; Fernandes, 2024; Sotero, 2022).

Outro aspecto amplamente discutido na literatura refere-se aos impactos das ações afirmativas sobre a qualidade do ensino superior. Desde a implementação da Lei de Cotas, setores da sociedade argumentavam que a reserva de vagas poderia reduzir o nível acadêmico das universidades públicas. Entretanto, as evidências científicas produzidas nos últimos anos demonstram que essa hipótese não se confirmou. Estudos indicam que estudantes cotistas apresentam desempenho acadêmico semelhante ao dos ingressantes pela ampla concorrência, além de alcançarem taxas de conclusão compatíveis com as observadas entre os demais estudantes. Esses resultados reforçam que as desigualdades existentes antes do ingresso na universidade estão relacionadas às oportunidades educacionais e às condições socioeconômicas, e não à capacidade intelectual dos estudantes (Heringer, 2024).

A revisão da Lei nº 12.711/2012, promovida pela Lei nº 14.723/2023, representou um importante avanço para o fortalecimento da política de ações afirmativas. Entre as principais alterações introduzidas destaca-se a determinação de que todos os candidatos cotistas concorram inicialmente às vagas destinadas à ampla concorrência, utilizando as vagas reservadas apenas quando não obtiverem classificação suficiente. A nova legislação também ampliou o alcance da política ao incluir estudantes quilombolas e reforçar a prioridade para candidatos em situação de maior

vulnerabilidade socioeconômica, reafirmando o compromisso do Estado brasileiro com a promoção da igualdade de oportunidades (Brasil, 2023).

Paralelamente, observa-se um crescimento significativo da produção científica dedicada à avaliação dos resultados das ações afirmativas. Revisões de literatura demonstram que a política de cotas promoveu maior diversidade racial e social nas universidades públicas, ampliou o acesso ao ensino superior por grupos historicamente excluídos e favoreceu processos de mobilidade social. Contudo, os estudos também ressaltam que persistem desafios relacionados à permanência estudantil, à redução da evasão acadêmica e ao fortalecimento das políticas institucionais de inclusão, aspectos considerados fundamentais para a consolidação da democratização da educação superior (Almeida; Souza; Gomes, 2024).

Dessa forma, a literatura científica contemporânea demonstra que a política de cotas constitui um importante instrumento de promoção da justiça social e da equidade educacional. Entretanto, sua efetividade depende da articulação entre políticas de acesso, permanência e conclusão da formação universitária. Assim, garantir condições adequadas para que estudantes cotistas permaneçam na universidade representa um desafio permanente para as instituições de ensino superior e para os formuladores de políticas públicas, reforçando que a inclusão educacional vai além do ingresso e envolve a construção de oportunidades efetivas de formação e desenvolvimento social (Heringer, 2024; Sotero, 2022).

3. METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, por buscar compreender as percepções, interpretações e significados atribuídos pelos participantes à política de cotas no ensino superior brasileiro. A pesquisa qualitativa possibilita compreender fenômenos sociais em sua complexidade, considerando as experiências, opiniões e contextos vivenciados pelos sujeitos investigados, não se restringindo à mensuração de variáveis quantitativas (Minayo, 2021; Flick, 2023).

Participaram da pesquisa quatro estudantes universitários, sendo dois matriculados em instituições públicas de ensino superior e dois em instituições privadas. A seleção dos participantes ocorreu por conveniência, considerando a disponibilidade e o interesse em participar da pesquisa. Todos foram informados sobre os objetivos do estudo, sendo assegurados o caráter voluntário da participação, o anonimato e a confidencialidade das informações obtidas.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas estruturadas, compostas por oito questões abertas previamente elaboradas pelos pesquisadores. A utilização desse instrumento

possibilitou que os participantes expressassem livremente suas percepções acerca da Lei de Cotas, favorecendo a obtenção de informações detalhadas sobre suas experiências, conhecimentos e posicionamentos em relação ao tema investigado. As entrevistas ocorreram individualmente, nas residências dos participantes, em local previamente acordado, garantindo privacidade e conforto durante a coleta dos dados.

Após a realização das entrevistas, as respostas foram transcritas integralmente e submetidas à técnica de Análise de Conteúdo, proposta por Bardin (2016). Essa técnica consiste em um conjunto de procedimentos sistemáticos de organização, codificação e interpretação dos dados, permitindo identificar categorias temáticas e inferir significados presentes nos discursos dos participantes.

A análise ocorreu em três etapas, conforme preconizado por Bardin (2016): pré-análise, caracterizada pela leitura flutuante e organização do material; exploração do material, na qual foram realizadas a codificação e o agrupamento das unidades de registro em categorias temáticas; e, por fim, o tratamento dos resultados e interpretação, etapa em que os dados foram analisados à luz da literatura científica sobre ações afirmativas e políticas públicas de educação superior.

A interpretação dos resultados fundamentou-se na articulação entre os discursos dos participantes e os referenciais teóricos utilizados na pesquisa, buscando compreender como os estudantes percebem a política de cotas, seus objetivos e seus impactos na democratização do acesso ao ensino superior. Conforme destacam Minayo (2021) e Flick (2023), a análise qualitativa pressupõe uma interpretação crítica da realidade social, considerando os aspectos históricos, culturais e políticos que influenciam os fenômenos investigados.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das entrevistas foi realizada com base na técnica de Análise de Conteúdo, proposta por Bardin (2016), permitindo a identificação de categorias temáticas que emergiram dos discursos dos participantes. A partir da leitura exaustiva das entrevistas, foram definidas quatro categorias analíticas: (1) percepção dos estudantes sobre a política de cotas; (2) meritocracia e igualdade de oportunidades; (3) representatividade racial no ensino superior; e (4) conhecimento acerca da Lei de Cotas.

4.1 Percepção dos estudantes sobre a política de cotas

Participaram da pesquisa quatro estudantes universitários, sendo três do sexo feminino e um do sexo masculino. Dois participantes estavam matriculados em instituições públicas de ensino superior e dois em instituições privadas. Quanto à autodeclaração racial, dois participantes declararam-se brancos e dois pardos.

Em relação ao posicionamento sobre a política de cotas, observou-se predominância de opiniões favoráveis, uma vez que três participantes manifestaram apoio à Lei nº 12.711/2012. Apenas um estudante posicionou-se de forma contrária.

As falas dos participantes favoráveis evidenciam o reconhecimento das ações afirmativas como instrumentos de promoção da justiça social e redução das desigualdades historicamente construídas: "A favor, porque não acho justo tratar igual quem sempre foi tratado diferente." (Estudante 2). "Sou a favor, tendo em vista o histórico de desigualdades da população brasileira. Ainda não podemos falar em igualdade de acesso à educação entre negros, indígenas e pessoas de baixa renda." (Estudante 3). "Sou a favor porque são grupos que possuem menos oportunidades e menos recursos, estando em desvantagem em relação aos demais. Também é uma forma de reparação histórica." (Estudante 4).

Esses discursos convergem com o que afirmam Ribeiro et al. (2024), ao defenderem que as ações afirmativas representam mecanismos de promoção da igualdade material, permitindo que grupos historicamente excluídos tenham acesso ao ensino superior em condições mais equitativas. Da mesma forma, Nierotka e Trevisol (2021) ressaltam que as políticas de cotas contribuíram significativamente para democratizar o acesso às universidades públicas brasileiras, ampliando a diversidade social e racial no ambiente acadêmico.

Os resultados também corroboram estudos recentes que apontam uma maior aceitação das políticas afirmativas entre estudantes universitários, especialmente quando compreendidas como estratégias de redução das desigualdades sociais e raciais (Heringer, 2024).

4.2 Meritocracia e igualdade de oportunidades

Embora a maioria dos participantes tenha manifestado apoio às cotas, um estudante apresentou posicionamento contrário, fundamentando sua opinião na ideia de igualdade de oportunidades entre estudantes da rede pública e privada.

"Eu sou contra, porque hoje em dia os ensinamentos dos colégios estão do mesmo jeito. Os professores são os mesmos, então todos têm o mesmo ensino e a mesma capacidade de conseguir alguma coisa. As cotas dão a entender que eles não têm capacidade." (Estudante 1).

Essa percepção aproxima-se do discurso meritocrático, segundo o qual o sucesso educacional depende exclusivamente do esforço individual. Entretanto, a literatura contemporânea demonstra que essa compreensão desconsidera fatores estruturais relacionados às desigualdades econômicas, sociais e raciais que influenciam diretamente o acesso e a permanência no ensino superior.

Segundo Heringer (2024), a igualdade de oportunidades somente pode ser efetivada quando políticas públicas reconhecem que indivíduos pertencentes a grupos historicamente marginalizados enfrentam condições de partida distintas. Nesse sentido, as ações afirmativas não representam privilégios, mas mecanismos de compensação das desigualdades estruturais existentes na sociedade brasileira.

Além disso, Sotero (2022) destaca que estudantes beneficiados pelas cotas continuam enfrentando desafios econômicos e sociais durante a graduação, evidenciando que o acesso à universidade constitui apenas uma etapa do processo de inclusão educacional.

4.3 Representatividade racial no ensino superior

Quando questionados sobre a presença de estudantes e professores negros em seus cursos, todos os participantes relataram que essa representatividade ainda era reduzida.

Embora a política de cotas tenha ampliado significativamente o ingresso da população negra nas universidades públicas, os relatos sugerem que a diversidade racial ainda não se encontra plenamente consolidada, especialmente entre o corpo docente.

Esses resultados corroboram os achados de Ribeiro et al. (2024), que demonstram avanços importantes na democratização do acesso ao ensino superior, mas ressaltam que persistem desigualdades relacionadas à permanência acadêmica, à ocupação de cargos docentes e à produção científica por pesquisadores negros.

A baixa representatividade também pode contribuir para o sentimento de não pertencimento vivenciado por estudantes cotistas, aspecto frequentemente discutido na literatura sobre ações afirmativas e permanência estudantil (Caracas, 2023).

4.4 Conhecimento acerca da Lei de Cotas

Ao serem questionados sobre o conhecimento referente à Lei nº 12.711/2012, três participantes demonstraram compreender seus objetivos e reconheceram sua importância para ampliar o acesso de grupos historicamente excluídos ao ensino superior. Apenas um entrevistado optou por não responder ao questionamento. Os relatos indicam que os estudantes associam a política de cotas à promoção da igualdade de oportunidades e à reparação de desigualdades históricas, evidenciando compreensão compatível com os princípios que fundamentam as ações afirmativas no Brasil.

Esses resultados aproximam-se das conclusões apresentadas por Mendes e Fernandes (2024), segundo as quais estudantes universitários reconhecem que as políticas afirmativas desempenham papel relevante na democratização do ensino superior, embora defendam que sua efetividade depende também da existência de políticas permanentes de assistência estudantil.

De forma geral, os resultados desta pesquisa demonstram que a percepção dos participantes é predominantemente favorável às ações afirmativas, reconhecendo sua importância para a promoção da justiça social, da equidade e da democratização do acesso à educação superior. Entretanto, também evidenciam que discursos fundamentados na meritocracia e na igualdade formal ainda permanecem presentes, revelando que o debate sobre as cotas continua sendo permeado por diferentes concepções acerca da igualdade, da justiça social e do papel do Estado na redução das desigualdades.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar a compreensão de estudantes universitários acerca da política de cotas no ensino superior brasileiro, buscando identificar suas percepções sobre essa ação afirmativa enquanto instrumento de promoção da igualdade de oportunidades e redução das desigualdades sociais e raciais.

Os resultados evidenciaram que a maioria dos participantes possui uma percepção favorável à política de cotas, reconhecendo sua importância para ampliar o acesso ao ensino superior por grupos historicamente excluídos. Os discursos analisados demonstraram que os participantes compreendem as cotas como uma estratégia de reparação das desigualdades produzidas por processos históricos de discriminação e exclusão social, corroborando os pressupostos da igualdade material defendidos na literatura científica contemporânea. Embora tenha sido identificado um posicionamento contrário à política, fundamentado na perspectiva meritocrática, observou-se que esse entendimento desconsidera as desigualdades estruturais que ainda influenciam o acesso à educação superior no contexto brasileiro.

Os achados desta pesquisa convergem com estudos recentes que demonstram que as ações afirmativas têm contribuído significativamente para a democratização do ensino superior, ampliando a diversidade social e racial nas universidades públicas sem comprometer a qualidade da formação acadêmica. Entretanto, a literatura também evidencia que a efetividade dessas políticas depende não apenas da ampliação do acesso, mas igualmente do fortalecimento de ações voltadas à permanência estudantil, ao combate ao racismo institucional e à promoção de ambientes acadêmicos mais inclusivos.

Como limitação deste estudo, destaca-se o reduzido número de participantes, o que restringe a possibilidade de generalização dos resultados para a população universitária. Além disso, a utilização de uma amostra por conveniência limita a representatividade das diferentes realidades existentes no ensino superior brasileiro. Dessa forma, recomenda-se que pesquisas futuras contemplem amostras mais amplas e diversificadas, envolvendo estudantes de diferentes regiões, instituições de ensino e grupos sociais, possibilitando análises mais abrangentes acerca das percepções sobre a política de cotas.

Por fim, conclui-se que a política de cotas representa um importante instrumento de promoção da equidade, da inclusão social e da democratização do acesso à educação superior. Contudo, para que seus objetivos sejam plenamente alcançados, faz-se necessário o fortalecimento de políticas públicas voltadas não apenas ao ingresso, mas também à permanência e ao sucesso acadêmico dos estudantes beneficiados. Além disso, torna-se fundamental ampliar os espaços de debate e educação sobre as ações afirmativas nas instituições de ensino, contribuindo para a desconstrução de estigmas, o enfrentamento do racismo estrutural e a consolidação de uma sociedade mais justa, democrática e comprometida com a igualdade de oportunidades.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

CARACAS, Sheila Rodrigues Cardozo. **Ações afirmativas na Universidade Federal da Bahia: acesso e permanência dos estudantes cotistas**. *Revista Contemporânea de Educação*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 42, p. 24-45, 2023. DOI: 10.20500/rce.v18i42.50179. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/50179>. Acesso em: 13 jul. 2026.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 7. ed. Porto Alegre: Penso, 2023.

MACHADO, Cecilia; REYES, Germán; RIEHL, Evan. **The Direct and Spillover Effects of Large-scale Affirmative Action at an Elite Brazilian University**. *arXiv*, 2023. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/2305.02513>. Acesso em: 13 jul. 2026.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2021.

MENDES, Raquel de Oliveira; FERNANDES, Juliana Ventura de Souza. **Ações afirmativas na rede federal de educação de Minas Gerais: as políticas de permanência para os estudantes cotistas**. *Revista Alembra*, v. 6, n. 12, p. 74-111, 2024. DOI: 10.47270/ra.v6i12.896. Disponível em: <https://periodicos.cfs.ifmt.edu.br/periodicos/index.php/alembra/article/view/896>. Acesso em: 13 jul. 2026.

NIEROTKA, Rosileia Lucia; TREVISOL, Joviles Vitório. **Políticas de democratização do acesso à educação superior e ações afirmativas**. In: NIEROTKA, Rosileia Lucia; TREVISOL, Joviles Vitório (org.). *Ações afirmativas na educação superior*. Florianópolis: UDESC, 2021. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/6qxxg8>. Acesso em: 13 jul. 2026.

RIBEIRO, Ednaldo Aparecido *et al.* **Entre reparação histórica e justiça social: as ideias subjacentes às políticas de ações afirmativas nas universidades públicas brasileiras**. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 26, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/>. Acesso em: 14 jul. 2026.

SOTERO, Edilza. **O desafio da permanência estudantil no contexto das ações afirmativas: o caso da Universidade Federal da Bahia**. *Revista Vértices*, Campos dos Goytacazes, v. 24, n. 3, p. 725-743, 2022. DOI: 10.19180/1809-2667.v24n32022p725-743. Disponível em: <https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/17160>. Acesso em: 14 jul. 2026.

ZEIDAN, Rodrigo; ALMEIDA, Silvio Luiz de; BÓ, Inácio; LEWIS JR., Neil. **Racial and income-based affirmative action in higher education admissions: lessons from the Brazilian experience**. *arXiv*, 2023. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/2304.13936>. Acesso em: 15 jul. 2026.